

AS ELEIÇÕES COMO ESTRATÉGIAS PARA A TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA (1985/1994): RUPTURA OU CONTINUIDADE

Raiane Patrícia Severino*

RESUMO: O presente artigo objetiva analisar o processo de transição e consolidação democrática (1985/1994), partindo de duas premissas básicas da história política do Brasil: ausência de rupturas nas mudanças político-institucionais e a fragilidade das instituições democráticas. Como categoria analítica utilizamos a via eleitoral, elemento que nos permitiu conceituar o fenômeno de “transição pela transação”.

PALAVRAS-CHAVE: Transição, Democratização, Instituições, Alianças Partidárias e Eleições.

Introdução

A institucionalização do regime democrático foi um dos aspectos caracterizadores da transição política brasileira. As estratégias utilizadas pelo regime autoritário para processar o novo regime foram elementos fundamentais.

Este artigo tem o intuito de demonstrar como a variável eleição constituiu elemento importante para explicar o processo de abertura e transição democrática, ocorrido a partir de 1985, e ainda como os aspectos institucionais e políticos se entrelaçam para a compreensão desse fenômeno.

A primeira parte do artigo focaliza a transição democrática

* Aluna do Programa de Mestrado em Sociologia - Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14.800-901 – Araraquara – SP e bolsista CNPq. Este artigo originou-se da pesquisa para obtenção do título de mestre, desenvolvida sob orientação da Prof^a Maria Teresa Miceli Kerbauy, intitulada “Alianças Políticas e Sistema Partidário Brasileiro: transição e consolidação da Nova República (1985-94).

ocorrida do Brasil através do enfoque eleitoral, utilizando o conceito de “transição pela transação” desenvolvido por Share & Mainwaring (1986:207).

A conjuntura histórica das estratégias e ações políticas, desenvolvidas para produzir resultados eleitorais, que permitiram a sobreposição do regime autoritário ao democrático, compõe a segunda parte deste artigo.

Estratégias eleitorais como mecanismo da transição brasileira

Trata-se na verdade de um *calculus* da descompressão, vale dizer de um modelo interativo no qual os diversos atores, sejam quais forem suas ideologias, calculam os custos do status quo e de soluções alternativas. Nesta ótica, os aludidos mecanismos eleitorais e competitivos podem apresentar-se até mesmo a atores políticos francamente iliberais, até mesmo aos militares da “linha-dura”, como uma acomodação racional diante de situações de alta incerteza e, em particular, diante da percepção de que outras alternativas ... podem acarretar riscos ainda maiores.

Uma Segunda hipótese geral é que o processo da descompressão produz seus próprios efeitos. Eleições competitivas podem exercer efeitos liberalizantes mesmo dentro de sistemas políticos não competitivos. A existência de um calendário eleitoral com um mínimo de credibilidade constitui por si só uma pressão nesse sentido. (Lamonier, 1988, p. 96)

Os mecanismos eleitorais e representativos foram elementos desencadeadores do processo de democratização. No entanto, o surgimento desses mecanismos advém da forma como o governo autoritário planejou o desenvolvimento da agenda política e do comportamento da oposição, que se dispôs a participar do jogo como

foi formulado. A análise dos dados conjunturais da transição democrática brasileira permite-nos utilizar o conceito de “transição pela transação”.

A denominação “transição pela transação” refere-se a casos em que o regime autoritário inicia a transição, fixa alguns limites para a mudança política e permanece como uma força eleitoral relativamente importante durante a transição. A noção de “transação” sugere negociação (normalmente implícita) entre as elites do regime autoritário e da oposição democrática. (Share & Mainwaring, 1986:207)

A “transição pela transição” para a democracia implica a atuação das elites autoritárias no processo das reformas a serem implantadas, garantindo a um só tempo, tanto a permanência dessa elite do controle político como a anuência aos pedidos da oposição, o que caracteriza uma democratização gradual. Para este tipo de transição exige-se equilíbrio entre as forças do regime e a oposição.

Segundo Przeworki (1989), o termo *transição* sugere que esses são processos, uma vez iniciados, caminham para frente ou para trás e jamais ficam estáticos. Quanto à consolidação, só ocorre quando, em termos abstratos, a incerteza se institucionaliza: os resultados do processo político não podem ser definidos de forma preestabelecida, no entanto, esse processo deve ocorrer dentro de limites previsíveis. Se há tensão entre o Estado de direito e o processo político é porque não há ainda um regime democrático, mas uma situação democrática; é o que torna incerto o desfecho da transição. Onde há pactos de convivência entre políticos e tutela militar, ou seja, uma conjuntura em que o potencial repressivo autônomo coexiste com um sistema democrático parcialmente representativo, ocorre um bloqueio da democracia.

A transição compõe-se por conjunturas típicas. Iniciada pelo projeto de liberalização, objetiva aliviar a tensão ampliando a base social do regime, o que permite alguma organização autônoma da sociedade civil e incorpora novos grupos nas instituições autoritárias existentes.

O desencadeamento da democratização brasileira realizou-se através de uma via eleitoral com sistema partidário aparentemente distinto do que existia anteriormente. Através dessa estratégia, as lideranças autoritárias contaram com apoio significativo da população, somado ao favorecimento que as leis eleitorais permitiram às elites autoritárias na disputa eleitoral.

A possibilidade de os atores políticos do regime autoritário competirem nas eleições impediu maiores temores em relação à democratização do regime e maximizou o controle das elites do regime autoritário do processo de transição para o novo regime. Nesse sentido, o processo de democratização realizou-se de forma gradual e limitada, revelando consideráveis aspectos de continuidade do regime autoritário nas estruturas e instituições políticas.

A análise da história política brasileira revela que, no período autoritário, houve certa continuidade institucional do período democrático precedente, que pode ser identificado no bipartidarismo instituído em 1965. Isso permitiu branda canalização das demandas da oposição em um único partido, o MDB, e propiciou posteriormente a ampliação de sua base de atuação, bem como a permanência da Constituição e do funcionamento do Congresso. Persistiu o continuísmo, dada a forma como ocorreu a transição democrática brasileira, através de pactos entre o regime autoritário e a oposição, que propiciaram o fortalecimento dessa oposição “pactuada” e da elite autoritária revestida.

O contexto para a “transição pela transação”

Logo após o golpe militar de 1964, o sistema partidário permaneceu pluripartidário, mantendo em vigor a mesma legislação eleitoral e partidária e, até mesmo, a Constituição de 1946, alterando apenas o que se contrapusesse ao Ato Institucional decretado logo após aquela ação militar. As eleições foram mantidas e os partidos também, pois buscaram legitimar o regime pela via das eleições.

No entanto, a situação modificou-se a partir de outubro de 1965 com o resultado das eleições diretas para governadores. Em alguns estados da Federação, entre os quais dois estados importantes: Guanabara

e Minas Gerais, foram derrotados os candidatos apoiados pelo governo (ARENA e PSD). Para Lamounier & Meneguello (1986, p. 64),

...A decisão de extinguir aquele sistema e a passagem ao bipartidarismo devem ser compreendidas em função das tensões que se foram manifestando entre as velhas lideranças civis e a cúpula militar-tecnocrática do novo regime; e também das pressões que constantemente se renovam entre os oficiais de menor patente no sentido de impedir um retorno prematuro à 'normalidade', por eles percebidas como uma virtual devolução do poder às esquerdas, ao populismo e a políticos corruptos.

O desfecho dessa conjuntura deu-se com o Ato Institucional número 2, que cerceou o poder decisório de Castelo Branco no processo de sua sucessão, impondo Costa e Silva. Esse ato reativou o ciclo de cassações e suspensões de direitos políticos, tornando indiretas as eleições para governador e Presidente da República, e também exterminou o antigo sistema partidário, formando duas organizações coletivas, funcionando provisoriamente como partidos, a ARENA e o MDB.

Além dessas conseqüências, o regime ditatorial implantado em 1964 impôs restrições às competências legislativas do Congresso, atitude do regime que foi apoiada pelas camadas médias e pelo empresariado. Os aspectos ditatoriais tomaram maior força a partir de 1968, com a edição do Ato Institucional de número 5, que tentava enfrentar a contestação parlamentar, estudantil e início da guerrilha.

Naquele momento, o regime mantinha sua legitimidade não apenas no combate à crise política, ao comunismo e à corrupção, mas também na retomada do crescimento econômico e da modernidade.

É difícil apontar a verdadeira intenção dos governos militares com a criação de uma estrutura bipartidária - ARENA e MDB; a hipótese mais provável, segundo Lamounier & Meneguello (1986), é a de que se conseguiria uma oposição excluída do sistema, na prática e simbolicamente, por um mecanismo mais complexo que a simples barreira

legal ou repressiva.

Retirar a legitimidade da oposição não seria tarefa tão simples, pois tanto a Arena como MDB eram recentes e impotentes, no entanto, a Arena possuía a vantagem de estar inflada pelo clientelismo que o regime defendia como legitimidade. Faltava ainda um elemento vital para subtrair a legitimidade da oposição, mas que se torna difícil devido à própria estrutura do regime: conseguir o apoio do eleitorado e da opinião pública. Mesmo com o 'milagre' econômico a Arena não conseguiu ampliar sua legitimidade junto às bases da sociedade; a instabilidade do desenvolvimento econômico, a ampliação da adesão a partidos urbanos e a própria repressão do regime (limitação de propaganda, cassação de mandatos...) barraram uma maior adesão ao partido do governo (Arena).

O ponto de inflexão desse processo foi a eleição de 1974 - ápice da política de abertura gradual implantada pelo presidente Geisel (1974-1978). Nessa eleição, a Arena não foi derrotada, mas o MDB multiplicou seu percentual de representação na Câmara Federal e obteve grande votação para o Senado, elegendo 16 das 22 cadeiras disputadas:

Este é, sem dúvida, o acontecimento decisivo da abertura no plano político-eleitoral, pois é a partir dele que se viabiliza definitivamente o crescimento de uma oposição pacífica, que conta a partir daí, com um potencial nada desprezível de implantação organizacional, inclusive nos pequenos municípios. (Lamounier & Meneguelo, 1986, p. 69)

Nesse momento, não podemos falar em consolidação do bipartidarismo como sistema, pois ele sempre esteve ligado a uma estratégia institucional do regime de 1964, mas podemos dizer que houve uma nova formação de identificações partidárias. Essa nova estrutura bipartidária mostrou-se consistente com a massa eleitoral nas eleições de 1974, criando um impasse entre governo e oposição.

A situação de fortalecimento da oposição (MDB) na sua forma organizacional e sua aceitação junto ao público levou o governo, a partir de 1976, à manipulação eleitoral através da legislação, e em 1979

reformulou a própria estrutura partidária.

... a tentativa de corrigir as distorções anteriores a 1964 pelo caminho do bipartidarismo coercitivo levou o regime militar a um beco sem saída ... O retorno à pluralidade de partidos foi a solução encontrada em 1979. (Lamounier & Meneguelo, 1986, p.70)

No que se refere às conseqüências da reforma partidária de 1979, temos que levar em consideração, primeiramente, alguns fatos anteriores que conduziram a essa reforma.

Com o ‘pacote’ de abril de 1979, o governo reforçou seu poder para as eleições seguintes adotando as seguintes medidas: suspensão das eleições diretas para os Executivos estaduais e criação dos Senadores indiretos – chamados posteriormente, pela oposição, de “biônicos”. Diante dessa estratégia fortalecedora, o governo poderia adotar medidas liberalizantes - como a revogação do AI5 (dez.1978). Entretanto, permanecia o risco de derrota nas eleições seguintes - municipais de 1980 e estaduais de 1982 - dado o crescimento do MDB e o desgaste do governo; daí a edição do pacote.

Em dezembro de 1979, o governo realiza a anistia e também apresenta a nova Lei Orgânica dos Partidos, que extinguiu o modelo bipartidário (Arena x MDB) e criava o pluripartidarismo. A regra estabelecida para criar um partido consistia na coleta de 121 mil assinaturas e formação de diretórios em 9 estados. Surgiram, a partir dessa legislação, seis novos partidos:

- PMDB, formado a partir do antigo MDB;
- PDS, formado a partir da antiga ARENA;
- PP, formado por membros tanto da ARENA como do MDB;
- PDT, formado por membros do “Brizolismo” e MDB (RJ e RS);
- PTB, formado pela ala fisiológica do MDB e parte da ARENA;
- PT, formado por parte do MDB, da ala progressista da Igreja

Analisando a reforma partidária, Lamounier & Meneguello (1986) apontaram como características principais: a) retorno ao pluripartidarismo e exigências na votação mínima; b) exigência também no tocante à mecânica de formação de partidos; c) manutenção das restrições jurídicas, impedindo a legalização de partidos comunistas. Esses autores atribuem o caráter dessa reforma partidária como a uma parte da estratégia de liberalização controlada, que teria como objetivo fragmentar a oposição, o que de fato deu origem à formação dos seis partidos.

Diante dos avanços eleitorais e da maior adesão do eleitorado à oposição, as perspectivas eleitorais do partido governista (PDS) tornaram-se menos animadoras. Lançou-se então o ‘pacote’ de novembro (1981); um projeto de reforma eleitoral que alterou a situação, reestabelecendo o equilíbrio entre governo e oposição. O projeto teve como principal objetivo impor a vinculação dos votos. Todos os partidos deveriam apresentar candidatos a todos os cargos, levando a fragmentação às últimas conseqüências. O objetivo primordial era, no mínimo, conservar a maioria governista no colégio eleitoral que elegeria indiretamente o Presidente da República em janeiro de 1985.

Entretanto, a situação toma novos rumos. O pacote de novembro inviabilizou o PP - partido que era tido como oposição confiável - levando-o a reincorporar-se ao PMDB. Caminhava-se para uma eleição pouco mais que bipartidária em 1982.

Em certa medida, houve um aspecto positivo nessa situação, pois a oposição conseguira ganhar força, porém, perdia-se novamente uma oportunidade de solucionarem-se impasses fundamentais do sistema político, como a inconsistência dos partidos e a baixa densidade ideológica dispersando-se no voto de “protesto”.

As eleições de 1982 já indicavam o fracasso do regime militar em controlar as elites estaduais, pois os partidos de oposição conquistaram governos estaduais e, a partir deles, construíram caminhos para derrubar o regime vigente.

As estratégias de nomear governadores de confiança

do Poder Central - sejam ‘técnicos’ ou não - e através disso constituir uma nova elite política e realizar projetos de ‘modernização’, elaborados de forma centralizada, não lograram êxito. As razões para tal fracasso encontraram-se na dificuldade de subordinar as elites estaduais, mesmo as arenistas, a uma lógica nacional e partidária e também o não rompimento das redes sociais estabelecidas entre as elites tradicionais e as máquinas públicas estaduais. A emergência do PMDB nos estados, e daí para um plano nacional, dependeu muito da habilidade em construir sua estrutura política sob as bases estadualistas da política brasileira, reforçando ainda mais o poder dos governadores na transição ... (ABRUCIO, 1.997, p. 149-150)

Verifica-se, então, que a situação político-institucional, que emergiu com as eleições de 1982, não destruiu o esquema bipartidário vigente desde 1965, pois somente em cinco estados (RJ, SP, RS e AC) foi dada a possibilidade de os partidos menores (PDT, PTB e PT) disputarem as eleições; nos demais, permaneceu o dualismo de forças, com mera troca de nomes, de Arena *versus* MDB, para PDS *versus* PMDB.

A essas derrotas o governo reagiu, entre outras medidas, tentando reequilibrar o poder dentro da Federação, uma vez que foi nos Estados mais ricos que a ARENA tinha ido mal nas eleições. Nesse contexto, o regime militar adotou quatro medidas: 1) desconcentração regional dos níveis de investimentos por meio do II PND (Silva & Aguirre, 1992); 2) reforma eleitoral realizada pelo Pacote de Abril, promulgado em 1977, cujo principal impacto federativo se deu com o aumento da desproporção eleitoral na Câmara Federal em prol dos estados mais pobres, notadamente os do Norte, tradicionalmente mais “governista”; 3) criação de “senadores biônicos”, que comporiam um 1/3 do total e seriam eleitos de forma indireta pelas Assembléias Legislativas, todas, com exceção da Guanabara,

controladas pela ARENA; 4) criação de um novo estado, o Mato Grosso do Sul, em uma região até então pouco desenvolvida, e portanto elevando a bancada de deputados e senadores que em tese ficaria mais atrelada ao Executivo Federal. (ABRUCIO, 1997, P.149)

A conjuntura política que surge das eleições de 1982, para Lamounier & Meneguello (1986), se encontrava estratificada em três níveis:

1º) sucessão presidencial: o partido do governo (PDS) era maioria no colégio eleitoral, assegurando sua vitória na eleição indireta prevista para janeiro de 1985; sendo maioria seria fácil a negação de uma emenda pelas eleições diretas, que o levaria ao fracasso;

2º) processo legislativo ordinário: o PDS não possuía maioria absoluta; via-se obrigado a negociar sua proposta com um outro partido “aliado” (no caso, PTB);

3º) mobilização popular: através das eleições diretas de 1982 a oposição conquistou alguns dos principais governos estaduais.

A distinção entre esses três níveis é indispensável para entender o impacto da crise sucessória sobre o sistema partidário. A mobilização da opinião pública a favor das eleições diretas e a escolha, pela convenção do PDS, da candidatura polarizadora de Paulo Maluf produziram uma divisão profunda e irreversível nesse partido. Diante dessa situação, formou-se a Frente Liberal, liderada por Aureliano Chaves e outros ‘notáveis’ antimalufistas do PDS, dispostos a negociar a transição com a liderança oposicionista. O PMDB convenceu-se da inviabilidade do retorno às eleições diretas e aliou-se, no Colégio Eleitoral, ao candidato apoiado pela Frente Liberal, o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. O impacto dessas mudanças elegeu-o Presidente da República. Assim, a articulação vitoriosa de Tancredo Neves foi realizada junto aos líderes regionais do PDS, que tiveram acesso e articularam com os governadores estaduais.

Com a morte de Neves, Sarney governou, ou seja, o PFL (ala liberal do PDS) com a ala mais progressista do PMDB, setores centristas

e conservadores, deixando a esquerda (PDT e PT) em dificuldade na disputa eleitoral.

O caráter provisório do governo Sarney debilitou a posição das instituições democráticas diante das Forças Armadas .

Os pactos de origem da transição brasileira indicam que os partidos que formaram a coalizão governista (PFL/PMDB) estavam mais interessados em chegar ao *locus* de decisão, do que em confrontar concepções distintas sobre o papel do Estado, sobre a atividade pública ou até mesmo sobre a estratégia para a vigência da democracia. A desagregação da principal força político-eleitoral da transição, o PMDB, indica a ausência de uma força político-partidária brasileira que fosse capaz, então, de compatibilizar o discurso democrático com a sua prática política concreta. No Brasil, os partidos e as personalidades que assumiram essa responsabilidade comportaram-se ainda enquanto oposição ou como se não lhes coubesse demonstrar à população a formação de um governo civil:

A transição não foi resultado apenas da aliança entre moderados do regime e da oposição, mas em grande medida, resultou do pacto entre governadores e líderes regionais com o Poder Central, o que mostra o poderio adquirido pelos atores subnacionais durante esse período (ABRUCIO, 1997, p. 157).

A Nova República inaugurou-se, portanto, a partir de pactos, primeiro entre atores regionais (PDS) e posteriormente através da aliança PMDB/FL; a transição para o novo período foi realizada através de arranjos vigentes no antigo sistema, logo, sem que tivesse havido ruptura. (SADER, 1990). Verifica-se na passagem do regime ditatorial à democracia, uma “travessia”, ou seja, um continuísmo.

... a Nova República não é o ponto de chegada, mas travessia. Solução específica para a transição do autoritarismo à democracia, obra de uma ampla negociação entre forças políticas, inclusive de parte expressiva do antigo regime, desenvolvida sob

generalizada pressão da oposição democrática, das principais agências da sociedade civil, dos movimentos sociais e da opinião pública - vide "Diretas Já" -, a Nova República se singulariza por ter vindo ao mundo sem importar uma quebra na forma do político (VIANNA, 1986, p. 277).

Assim, a Nova República apresentou-se como nova somente na aparência, pois foram reformados apenas os bastidores e o palco, uma vez que sua estrutura e atores continuaram os mesmos.

Conclusão

A transição democrática brasileira produziu efeitos dicotômicos, o que, se no impede de chegar a conclusões arbitrárias, pelo menos permite questionamentos em diferentes níveis.

Analisar a transição brasileira para a democracia, a partir de um enfoque eleitoral, torna-se pertinente pelo fato de as eleições terem sido o elemento propulsor de medidas liberalizantes, executadas pelo regime autoritário, dada a desaprovação desse regime manifestada nos resultados eleitorais, e, ainda, pelo fato de ser um dos elementos estratégicos da ação autoritária para manter o processo de transição para a democracia em seu poder, através das reformas e pactos eleitorais.

É, portanto, ambíguo o papel desempenhado pelas eleições no processo de democratização, pois elas ameaçam o *status quo* e conseqüentemente constituem-se em estratégia para pactos, que impedem a ruptura e a constituição de um regime democrático descompromissado com o regime anterior. Elas produzem aspectos que podem ser considerados tanto como positivos (a existência de um ambiente pacífico e a institucionalização de uma política de compromisso, introduzindo formas democráticas de solução dos conflitos) como também negativos (a ausência de oportunidades para uma ruptura profunda com o antigo regime, baixo índice de mobilizações e estrutura política frágil, havendo pouca oposição efetiva ao retrocesso autoritário).

O problema dos países que passam pela transição democrática –

antes uma questão de engenharia institucional, como ocorreu no caso brasileiro - não é apenas o de pôr fim ao autoritarismo, mas principalmente o de transformar esses países em democracias modernas.

Utilizando a conceituação de democracia de Przeworki (1989), é possível apontar a democracia brasileira como já constituída, pois o calendário eleitoral ocorre com frequência e o resultado das eleições é sempre imprevisível; no entanto, apresenta lacunas na sua consolidação, dada a forma pactuada que possibilitou o processo de transição para essa democracia.

Um dos dilemas democráticos a ser solucionado dentro do binômio “instituição” e “ação” política é o quadro partidário.

O final do processo de transição parecia conter um embrião do sistema partidário, com a aliança PMDB/PFL dominando o centro, e, ao redor, um pequeno partido conservador (PDS) e pequenos partidos de esquerda, mas esse embrião foi deteriorado pela crise de governabilidade e pela ação estratégica dos partidos, que desenvolveram suas ações objetivando a maximização eleitoral.

As estratégias eleitorais perpassaram todo o processo de transição democrática, caracterizando-se como elemento dinamizador das ações políticas e constituição de estruturas institucionais, e chegam ao regime democrático como elemento propiciador de certas conseqüências da democracia que tais estratégias desenvolveram: um sistema eleitoral desproporcional, um sistema partidário frágil e ações políticas movidas pelo individualismo ou clientelismo.

Referências Bibliográficas

- ABRUCIO, F.L., SAMUELS, D. A nova política dos governadores. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. n. 40/41, p. 137-166, 1997.
- CAMPELLO DE SOUZA, M.C.C. *Estado e partidos políticos no Brasil: 1930/1964*. São Paulo: Alfa-omega, 1976.

- LAMOUNIER, B. O “Brasil autoritário” revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. In: STEPAN, A. (org.) *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 83-134.
- LAMOUNIER, B., MENEGUELLO, R. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 171p.
- LIMA JÚNIOR, O. B. de *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional - 1945/64*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- LIMA JÚNIOR, O. B. (org.) *O Sistema Partidário Brasileiro: diversidade e tendências, 1982-94*. R.J.: Editora Getúlio Vargas, 1997.
- SADER, E. *A transição no Brasil: da ditadura à democracia?* São Paulo: Atual, 1990. 92 p.
- SHARE, D. & MAINWARING, S. Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha. *Dados- Revista de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro), V. 29, nº 2, pp. 207-236, 1986.
- VIANNA, L. W. A Nova República e a Transição: entre o Antigo regime e a novíssima República *Travessia*. 1986. p. 272-283.

Bibliografia Consultada

- LAMOUNIER, B. Eixos de debate político brasileiro nos anos 80. In: _____ *Brasil em artigos*. São Paulo: SEADE, 1995. p. 71-80.
- LAMOUNIER, B. (Org.) *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Ed. Sumaré Ltda, 1990. 197 p.
- O’DONNELL, G. Democracia delegativa? *Novos Estudos Cebrap*. n.31, p. 25-40, 1991.